

GRUPOS REVOLUCIONÁRIOS E SECTARISMO DESMASCARANDO UMA PSEUDOCRÍTICA

Movaut*

É comum nas lutas sociais e políticas na nossa sociedade existirem críticas ao movimento revolucionário e aos grupos revolucionários. Algumas críticas são honestas e buscam efetivamente mostrar discordâncias de concepção, estratégia, etc. Outras são simplesmente oportunistas e algumas supostas críticas são, na verdade, pseudocríticas. Uma forma assumida pela pseudocrítica é a que usa o discurso retórico e falso contra os grupos revolucionários acusando-os de “sectarismo”. Ela emerge a partir de indivíduos portadores de interesses pessoais pouco nobres e narcisismo exacerbado, ou de interesses político-partidários, entre outras possibilidades. Nesse sentido, é necessário desmascarar tais pseudocríticas.

Uma crítica aos grupos revolucionários pode ser feita sem problemas, pois é possível questionar suas posições, estratégias, forma organizativa, etc. E tal crítica pode ser realizada a partir da concepção conservadora, reformista, entre outras possibilidades. Porém, quando não se trata de crítica efetiva, ou seja, fundamentada e honesta, então é uma crítica improfícua, e quando é retórica e desonesta, é uma pseudocrítica. Na história do movimento político mundial, existiram muitas críticas e pseudocríticas aos grupos revolucionários. Não vamos retomar esse debate histórico e vamos evitar citá-lo em grande quantidade, pois embora seja esclarecedor e mostra como um debate pode ser honesto e fundamentado quando realizado por pessoas com formação política e honestidade, como pode ser mera pseudocrítica e seus recursos, isso nos faria gastar muita tinta.

* Movimento Autogestionário. O Movaut é um grupo marxista autogestionário que busca contribuir com o processo de constituição de uma sociedade autogerida. Mais informações: <https://movaut.com.br/>; <https://movaut.blogspot.com/>

Uma das “críticas” mais recentes que emergiu sobre os grupos revolucionários é um suposto “sectarismo”. Sem dúvida, pela forma como isso emerge, trata-se de uma pseudocrítica. Não há fundamentação, não há concreticidade, não há honestidade. O que há é abstratificação, rotulação, homogeneização, entre outros artifícios usados pelo discurso retórico¹. Existem aqueles que evitam colocar nomes dos adversários que supostamente estão criticando, num movimento intelectual covarde e oportunista, pois assim impede a resposta e evita a concreticidade (se usa o termo geral “grupos revolucionários” e se limita a abstratificações, então é aparentemente “irrefutável”, mas isso é só aparência, como mostraremos adiante). Alguns jovens e outros, não tão jovens, influenciados pelo ecletismo (e oportunismo que geralmente lhe acompanha)², o que se percebe no jogo de palavras, retórica e termos subjetivistas, querem combater os grupos revolucionários, ou pelo menos alguns deles, atribuindo a eles um suposto “sectarismo”.

Podemos enxergar nesses pseudocríticos um tipo de “contestador” atual, aquartelado e bem acomodado nas instituições universitárias (ou buscando ansiosamente um espaço na academia) que brinca de ser “crítico” ou até mesmo “revolucionário” sem abrir mão de vínculos, alianças, ecletismo, pois usa isso como forma de conseguir atingir interesses pessoais que busca ocultar. Omitiremos os autores de tais discursos e trataremos apenas do discurso em si. O nosso foco, portanto, é o discurso de acusação (pois, não sabemos por qual motivo, tais indivíduos se julgam juízes para julgar os grupos revolucionários que eles mesmo tratam como ineficazes e insignificantes, caindo em diversas contradições e falácias) aos grupos revolucionários por supostamente eles serem “sectários”. Para ficar mais fácil discutir vamos sintetizar as principais afirmações (sem fundamentação e sem nada de concreto por detrás delas) do autor de tal discurso que doravante

¹ Cf. “sobre o discurso retórico”: <https://redelp.net/index.php/rsr/article/view/1466/1290>

² O termo “ecletismo” possui vários sentidos dependendo do contexto que é utilizado. Aqui usamos no sentido do subjetivismo contemporâneo, que é uma espécie de bricolagem que junta diversas concepções aleatoriamente e oportunisticamente e se justifica com a ideia de “pluralismo” (que emerge desde o liberalismo até as ideologias subjetivistas contemporâneas – e que alguns autores, como Sartre e Pierucci já identificaram suas origens conservadoras).

chamaremos de “pseudocrítico”. Eis uma síntese do que diz a pseudocrítica dos grupos revolucionários:

“Certos grupos revolucionários, em períodos de retração do movimento operário, adotam uma abordagem peculiar de “sobrevivência intelectual”. Eles estabelecem uma forma de “tradição revolucionária” que, de maneira rigorosa e criteriosa, cria um ciclo fechado de ideias, textos e debates que se restringem ao próprio coletivo. Eles criam um “mundo grupal”, uma espécie de “universo paralelo”. Para isso, criam limites que não podem ser ultrapassados e adotam uma linguagem peculiar e própria. Os militantes não são “medidos” por sua capacidade de intervenção, mas por suas “fórmulas sagradas”. As discordâncias são incompetência, falha, etc. O purismo se estabelece e a história do marxismo é recontada de maneira linear e desprovida de contradições, culminando nas proposições do próprio grupo. Essa abordagem exclui a “disputa teórica”, as “contradições internas” e os “impasses históricos” que marcaram o “marxismo revolucionário” desde o seu nascimento. Isso resulta no “essencialismo”, levando os conceitos a serem percebidos como meros reprodutores imediatos da essência dos fenômenos sociais. Dessa forma, a visão promovida pelo grupo carece de concretude. As características desses grupos revolucionários incluem hermetismo, autoisolamento, demarcação simbólica rígida, purismo, essencialismo e um profundo esquecimento coletivo. Esse “mundo grupal” se defronta com o “mundo social”. O mundo grupal não quer saber do mundo social, pois se isola praticamente e o recusa teoricamente. E por isso não pode aceitar que o mundo social é confuso, ambíguo, contraditório, imperfeito. Esses grupos revolucionários se opõem aos demais coletivos políticos. Tais coletivos fazem tentativas, podem experimentar falhas e recuar, recomeçando suas ações. Os grupos revolucionários surgem como “guardiões da pureza revolucionária” e permanecem inertes, transformando cada equívoco ou derrota dos outros coletivos políticos em evidência do acerto de suas próprias convicções. Internamente, opera um “mecanismo disciplinar rigoroso”. Os indivíduos que se afastam do coletivo são “excomungados”. Sua relação com a história consiste em considerar o presente como um retrocesso, o passado como um equívoco e o futuro como uma promessa que nunca se concretiza e constantemente se posterga. Isso não é coerência! Não é rigor, firmeza, convicção, crítica ao ecletismo ou radicalidade. Trata-se de sectarismo! Um sectarismo ineficaz, purista. Os grupos revolucionários funcionam como seitas dedicadas à sua própria autoafirmação!”

Eis uma síntese de pseudocríticas aos grupos revolucionários que circulam no mundo virtual. A primeira acusação é a criação de uma “tradição revolucionária” que, sob forma rigorosa, gera um “ciclo fechado de ideias”, que não ultrapassam os limites do grupo revolucionário. Essa acusação é curiosa. Ela simplesmente recusa a existência de uma “tradição revolucionária”. Qual grupo político, revolucionário ou não, não possui uma “tradição de pensamento” ao qual é filiado? Os liberais, nazistas, comunistas, social-democratas, democrata-cristãos, anarquistas, autonomistas, entre inúmeros outros casos, possuem tradições políticas. E não teria como ter

unidade programática e projeto político desvinculado de concepções existentes. Sem dúvida, só seria possível com a criação de algo totalmente novo e original. Isso é algo praticamente impossível, pois o número de concepções políticas existentes e sua variedade torna extremamente difícil “reinventar a roda”. Tentativas nesse sentido seria apenas criações desonestas que mudam os termos e mantêm as ideias. Ou então ecletismos e oportunismos que permitem formar um grupo sem um pensamento claro e programa estabelecido. Entre os grupos revolucionários, então os autonomistas, os anarquistas e os marxistas autogestionários deveriam abandonar as concepções que lhes inspiram e aderir ao ecletismo e ao oportunismo. Parece ser essa a receita do pseudocrítico.

A acusação derivada é a de que isso gera um “ciclo fechado de ideias”. Sem dúvida, os grupos revolucionários podem, ao possuir um programa e um projeto político, gerar uma concepção política (derivada de uma determinada tradição revolucionária). E uma concepção política é uma totalidade de pensamento, com base teórica ou doutrinal, princípios e valores, estratégia e propostas de ação, projetos e objetivos estabelecidos. É uma totalidade de pensamento, um conjunto, que, obviamente, precisa ser coerente. Isso vale para qualquer organização política, indo desde grupos semi-organizados até as organizações burocráticas. Os grupos semi-organizados, por sua pouca organização e estágio formativo, não terão uma “concepção desenvolvida, unificada e totalmente coerente” por causa de suas próprias características. Porém, terão uma concepção basilar que, com sua evolução, assume um caráter mais desenvolvido e maior coerência, gerando uma organização que desenvolverá um conjunto de ideias que expressa seus objetivos e diretrizes de ação. As grandes organizações políticas burocráticas, ou seja, os partidos políticos, por sua vez, possuem um programa partidário, objetivos delimitados por este, estatuto e outros elementos que materializam a sua concepção política. Nesse caso, devido aos interesses eleitorais e disputa pelo poder, tal concepção pode ser apenas instrumento de propaganda e lutas políticas internas, mas não algo realmente efetivo. Os grupos revolucionários, por possuírem uma concepção revolucionária (das mais simples às mais complexas, dependendo do caso), são mais coerentes, pois não são perpassados por desorganização, por estágio formativo, por interesses eleitorais, por disputa pelo poder. O pseudocrítico parece querer que os grupos

revolucionários não possuam nada de sólido em matéria de ideias e concepções políticas, que não tenham programas e projetos, que não tenham base teórica, etc. Ele quer anarquistas que não defendam o anarquismo e nem se filiem a uma tradição anarquista (anarco-coletivismo, anarco-comunismo, anarcossindicalismo, mutualismo, etc.), por exemplo. Sem dúvida, o pseudocrítico replicaria dizendo que o problema é quando se cria um “circuito fechado de ideias”. Isso é uma abstratificação. O que seria um “circuito fechado de ideias”? O liberalismo é um circuito fechado de ideias? O anarquismo? O autonomismo? O fascismo? Nenhum exemplo concreto é apresentado, nenhum caso específico, nenhuma definição. Apenas um rótulo: “círculo fechado de ideias”. Esse artifício discursivo retórico é útil para enganar os desavisados, mas não para um debate político.

Além disso, tais grupos são **revolucionários**. Além de programa e projeto, ou seja, uma concepção política, eles são revolucionários, o que significa que defendem a revolução social, ou seja, uma *transformação total e radical da sociedade*. Os grupos revolucionários são *anticapitalistas*. Por conseguinte, não podem ser “eccléticos” e “flexíveis”, não podem aceitar ideias pró-capitalistas. Essa é uma fronteira que, se os grupos são realmente revolucionários, não devem ultrapassar. Claro que, além disso, existem as características próprias de cada grupo ou organização. Por exemplo, um anarquista pode se declarar apertidário e um marxista autogestionário é antipartidário. Nenhum dos dois querem formar partidos e ambos criticam essas organizações burocráticas. Eles deveriam rever suas posições e aceitarem os partidos? Claro que não, pois eles não só recusam, mas fundamentam as razões de sua recusa, sob formas variáveis e com maior ou menor profundidade e tem a história dos partidos políticos para confirmar que estes não são revolucionários. Essa é uma discussão que é possível realizar e que alguns leninistas conseguem fazer sem apelar para abstratificações e acusações absurdas e sem fundamentação.

O pseudocrítico quer, no fundo, que os grupos revolucionários deixem de ser revolucionários. Isso pode ser comprovado em sua pseudocrítica, na qual cria uma abstratificação que é o “mundo grupal”. Esse seria, segundo a cômica interpretação do pseudocrítico, um “universo paralelo”. Os grupos revolucionários criam “linguagem própria e peculiar”. Aqui se poderia até pensar que o pseudocrítico

recusa a teoria ou as doutrinas, pois todas as concepções políticas se organizam em torno de um conjunto de signos e sentidos, gerando uma linguagem própria. É assim com todos os casos e não é diferente com os grupos revolucionários, sejam eles anarquistas, autonomistas, situacionistas, marxistas autogestionários. Sem dúvida, há variação no rigor e na quantidade, entre outros processos. Essa pseudocrítica, assim como as anteriores, usa o artifício discursivo retórico de buscar “escandalizar” através da transformação de um procedimento comum em um verdadeiro “escândalo intelectual”. Ou então está colocando que os grupos revolucionários não podem possuir concepções revolucionárias e que os anarquistas deveriam abandonar a linguagem anarquista, os marxistas a linguagem marxista, e assim por diante. A ideia subentendida aqui é escandalização e flexibilização. Essa suposta flexibilização seria semelhante a que existe numa fábrica toyotista, ou seja, é mera retórica para garantir a dominação. Nesse sentido, o pseudocrítico não se distancia de nenhum conservador, pois quer que os grupos revolucionários abandonem seu caráter revolucionário.

O pseudocrítico continua com suas afirmações abstratificadas³, pois não coloca nada de concreto para confirmar ou permitir ao leitor saber se isso é assim ou não na realidade concreta, pois nenhum exemplo, caso, acontecimento, autor, militante, texto, é citado. No mundo fantasioso do senhor pseudocrítico, qualquer pseudocrítica pode ser feita, pois é um mundo abstratificado que ele cria e denomina “mundo grupal”. E ele continua ao afirmar que os militantes, nos grupos revolucionários, não são medidos por sua “capacidade de intervenção” e sim pela reprodução das “fórmulas sagradas”. Aqui emerge uma mal escondida concepção individualista: “os militantes” não são medidos por sua “capacidade de intervenção”. Os militantes são indivíduos e o “medidor grupal”, segundo a concepção do pseudocrítico, é sua “capacidade (individual...) de intervenção”. Parece que o pseudocrítico entende a relação entre “grupo revolucionário” e “militante”

³ O rigor conceitual, criticado pelo pseudocrítico, é uma necessidade do pensamento humano que se quer claro e não evita a realidade e sua complexidade. Por isso, é interessante esclarecer aqui o que significa “abstratificação” e sua diferença em relação ao termo semelhante, “abstração”. A abstratificação é o processo de retirar o fenômeno abordado da história e das relações sociais, excluindo sua historicidade e sua relação com a totalidade. Abstração, no sentido dialético do termo, é um processo mental que visa decompor o fenômeno em seus elementos constitutivos para compreendê-lo mais profundamente e recompô-lo como totalidade concreta.

(indivíduo) como se fosse apenas formal ou de “nome”. “Sou do grupo X, e tenho capacidade de intervenção, logo, sou bom e devo ser valorado”. O grupo X é apenas o nome que o militante (indivíduo) carrega. É como se um time de futebol não fosse um coletivo e cada jogador não devesse arcar com nenhuma responsabilidade coletiva e defender os objetivos do coletivo. Um jogador que dá entrevistas sobre temas políticos, aparece em programas de televisão, sai com jogadores de outros times e na hora do jogo do seu time não segue as orientações do esquema tático e trabalho em equipe, não busca marcar o gol ou defendê-lo do ataque do adversário, etc. tem, sem dúvida, “capacidade de intervenção”, mas não será valorado, pois age sob forma individualista e visando seus interesses pessoais. O pseudocrítico, no entanto, pensa que exigir do jogador o trabalho coletivo é querer prendê-lo às “fórmulas sagradas” do time, que se torna apenas um nome na camisa. Mas, nessa concepção individualista, pouco importa a concepção revolucionária defendida pelo grupo. E o grupo o tortura com suas cobranças e quando ele sai ou é expulso, o militante individualista é acusado de “incompetência” ou “falha ética”. O pseudocrítico, além de defender um time de futebol sem equipe e onde é “cada um por si”, ainda considera que os grupos revolucionários devem ser um “clube acadêmico” onde cada um faz o que quer e deve ter liberdade ampla para pensar o que quiser, inclusive ser contra a concepção revolucionária que forma o programa e projeto do coletivo. Parece ser essa a ideia.

Mas um outro elemento se destaca nessa pseudocrítica: a ideia de um “medidor” que remete, no fundo, para a competição social. A mentalidade burguesa emerge nesse momento, pois em partidos políticos e organizações burocráticas em geral, a competição (por cargos, *status*, dinheiro, etc.) existe e por isso a ideia de um “medidor” de integrantes tem sentido. Que sentido tem isso num grupo revolucionário? Para o pseudocrítico individualista e competidor, tem todo o sentido, afinal, certamente, especialmente se também for um narcisista, quer reconhecimento e ser “medido” por sua suposta “capacidade de intervenção” e, como quer descartar a concepção política (que aparece como “demarcação simbólica rígida”), basta apoiar qualquer moita se movimentando por causa do vento e assim espera ganhar “boa nota”. É o caso do militante que não milita por convicção política, projeto revolucionário, vontade de contribuir com a transformação social

efetiva, mas sim para “estar em evidência”, “aparecer”, “receber curtidas em redes sociais”, etc.

Outra acusação é o “purismo”. Sem dúvida, existem, em certos grupos revolucionários, a ideia de “purismo”. Não no sentido que o pseudocrítico coloca. Mas vamos nos limitar ao que diz o pseudocrítico e sua ideia de “purismo”. Esse purismo agora ganha uma delimitação maior: é no interior do marxismo. Os grupos revolucionários criam uma história do marxismo que é “recontada” sob forma linear e sem contradições e que culmina com suas próprias concepções. Novamente o artifício discursivo retórico de escandalizar. Todas as organizações políticas (e não só políticas, como até mesmo as sociedades, passando por todas as instituições, bem como concepções religiosas, etc., contam uma história que culmina nelas). A sociedade capitalista transformou o seu passado imediato em “idade das trevas”. Hegel transformou todo o pensamento anterior em uma série de equívocos que foram sendo diminuídos até chegar ao seu pensamento e todos os pensadores fizeram o mesmo, sob formas diferentes. Os exemplos se multiplicariam e isso atinge as concepções e organizações políticas, sejam elas conservadoras, reformistas ou revolucionárias. Essa banalidade é apresentada como característica apenas dos grupos revolucionários. Os anarco-coletivistas deveriam abandonar suas concepções para não serem mais “puristas” e os bernardianos deveriam reconhecer que João Bernardo não é o “último grande pensador”, que estaria certo e que explicaria o marxismo (distinguindo entre o das “forças produtivas” e o das “relações de produção”), assim como Ernst Bloch não deveria distinguir entre “o marxismo da corrente fria e o da corrente quente”, bem como Lênin não deveria questionar o revisionismo como não sendo marxista, os comunistas de conselhos não deveriam chamar os leninistas de pseudomarxistas, Rosa Luxemburgo deveria ter ficado no SPD (Partido Social-Democrata Alemão) e não ter fundado o USPD (Partido Social-Democrata Independente da Alemanha) e o KPD (Partido Comunista da Alemanha), pois ela apenas reproduzia o sectarismo da Liga Spartacus.

Ainda sobre Rosa Luxemburgo, ela não deveria ter criticado Bernstein, Kautsky, Lênin, pois isso é muito “sectarismo”. Só ela estava certa! E usou uma linguagem própria, se expressando com termos como espontaneidade, greve de massas, burocracia, entre diversos outros. Ela não deveria ter criticado o “suposto

marxismo” alheio. E, em mais um ato inaceitável e exemplo de sectarismo, se opunha a Otto Rühle, que futuramente será um comunista conselhistas e já era um dissidente radical como ela! Rosa Luxemburgo, como todo revolucionário, era sectária, purista e criava linguagem própria! O pseudocrítico, no fundo, quer que os revolucionários deixem de ser revolucionários. O mais coerente e honesto, nesse caso, seria dizer que abandonou a posição revolucionária e agora é contra o bloco revolucionário. Porém, os seus interesses ocultos o impedem de dizer isso.

Esse purismo reconta a história do marxismo como algo linear. Ora, esse é o caso de Rosa Luxemburgo, dos comunistas conselhistas, dos situacionistas, dos marxistas autogestionários, ou seja, de todos os marxistas revolucionários. Do mesmo modo, mas sob formas diferentes, todas as demais posições políticas, tanto as autocráticas quanto as “democráticas”, do liberalismo ao fascismo, do nazismo ao bolchevismo, da social-democracia ao maoísmo, fazem o mesmo. Não se trata de “recontar a história” e sim de distinguir, no processo histórico, aquilo que é seu antecessor e fonte de inspiração e que lhe é semelhante, com o que é dessemelhante e oposto. Sem dúvida, em alguns casos o “esquecimento” acontece, tal como os stalinistas esqueceram Trotsky e os trotskistas na sua história da Revolução Russa ou os leninistas e social-democratas que “esquecem” os comunistas de conselhos em sua história do marxismo (e que não é generalizado, embora hegemônico). Os comunistas conselhistas não esqueceram a social-democracia e o bolchevismo, inclusive realizaram a sua crítica, e o que fizeram foi excluí-los da história do marxismo através da sua desvinculação entre este e o leninismo e o reformismo. O mesmo faz o marxismo autogestionário, pois este não esquece ninguém, apenas faz distinções e críticas, retirando do marxismo o pseudomarxismo. Sem dúvida, o pseudocrítico talvez não saiba o que significa a palavra “esquecimento”.

Sem dúvida, o pseudocrítico pode afirmar que o que é esquecido são “outros grupos revolucionários”. Isso seria apenas uma mentira deslavada, pois os marxistas autogestionários são os primeiros, no caso brasileiro, a resgatar e discutir com as várias correntes autonomistas, anarquistas, etc. Basta ver sua divulgação do autonomismo norte-americano, esquecido e até desconhecido por diversos “autonomistas” brasileiros, entre outros autores e pensadores de diversas correntes radicais marginais e pouco conhecidas. Obviamente que resgata essas concepções e

grupos sob forma crítica, que é o que se espera de uma posição revolucionária. A história do marxismo, assim, não é recontada sob forma linear e sim a partir de uma determinada concepção de marxismo e que todas as concepções marxistas (e, em outros casos, de todas as concepções políticas sobre suas tradições e fontes de inspirações), fazem o mesmo. O artifício da escandalização é apenas retórica vazia. Os bakuninistas, os anarcossindicalistas, os autonomistas adeptos da corrente portuguesa, todos fazem isso. Inclusive alguns querem até encontrar “antecessores” visando criar uma “tradição” diferente (basta ver a tentativa de transformar Varlin no “grande nome da Comuna de Paris” para ver isso).

Assim, quando o pseudocrítico diz que tal abordagem deixa de lado a “disputa teórica”, as “contradições internas” e os “impasses históricos” que marcaram o “marxismo revolucionário” desde o seu surgimento, apenas diz mentiras. Qual grupo revolucionário fez isso? Tomemos o exemplo da Internacional Situacionista. Ela criticou a social-democracia, o bolchevismo e o anarquismo. Não esqueceu, criticou. Reconheceu as divergências e processos na história do marxismo a partir de sua concepção. O máximo que se poderia dizer é que não foi suficientemente justa com a contribuição de Henri Lefebvre. Porém, isso requer uma pesquisa profunda para entender melhor as relações complicadas entre tal indivíduo e tal coletivo. As divergências, contradições e impasses são abordadas pelos grupos revolucionários, sob formas diferentes, incluindo e excluindo indivíduos e coletivos do marxismo, etc., obviamente a partir de sua perspectiva, pois sem isso não existe grupo e concepção revolucionária. No fundo, como o “mundo grupal” do pseudocrítico é uma abstratificação que não tem nada de concreto, nenhum grupo é citado, nenhum autor, nenhum acontecimento, etc., então qualquer afirmação falsa é possível.

O resultado disso tudo (que, como vimos, é uma invenção do pseudocrítico) é o “essencialismo”. Os conceitos passam a ser “percebidos como meros reprodutores imediatos da essência dos fenômenos sociais”. Afirmação que, mais uma vez, nada tem de concreto para confirmá-la e assim é fácil fazer pseudocríticas. Daí a conclusão do pseudocrítico de que “a visão promovida pelo grupo carece de concretude”. Aqui reside a hipocrisia e a inversão. O pseudocrítico apresenta os grupos revolucionários como uma essência caracterizada pelo purismo,

sectarismo, etc., e, depois dessa abordagem essencialista e sem nada de concreto (nenhum grupo, acontecimento, fenômeno, ideia, autor, texto, etc., aparece) acusa os grupos revolucionários do que ele mesmo faz: essencialismo e falta de concreticidade. Se alguém faz um discurso afirmando que certos grupos são essencialistas e sem concreticidade e não trata de nenhum grupo real, sob o pretexto retórico e discursivo de ser “por demais conhecidos”, simplesmente pratica o que critica.

O presente texto poderia ser acusado da mesma coisa? Não, pois efetivamente existe tal pseudocrítica e o que fizemos não foi “inventá-la”, mas sim sintetizá-la e refutá-la. Realizamos uma síntese de suas principais afirmações (não-fundamentadas e sem concreticidade alguma) e demonstramos que é um discurso retórico, desonesto e permeado de falsidades, mas que se esconde por detrás justamente da falta de concreticidade, pois se chega-se à realidade concreta se destruiria e é motivado por determinados interesses do pseudocrítico. O procedimento aqui é, portanto, diferente.

Mas há um elemento importante que não pode ser esquecido nessa pseudocrítica. Ele cria duas abstratificações: o “mundo grupal” e o “mundo social”. Uma análise cuidadosa revelaria que o pseudocrítico apresenta uma percepção essencialista, homogênea, sem contradições, impasses, etc., no grupo revolucionário. E, curiosamente, a outra abstratificação, o “mundo social”, é defendido como sendo ambíguo, contraditório, imperfeito, etc. Nessa contraposição entre abstratificações, a pseudocrítica se esforça para criticar o “mundo grupal”, através da simplificação e atribuição elementos comuns e exagero ao lado do reducionismo ao essencialismo, purismo, etc. e realiza um outro esforço, que deveria chamar a atenção de qualquer militante, de defesa do “mundo social”. O que preocupa o pseudocrítico não é o “mundo social” e sim o “mundo grupal” e assim ele precisa defender o primeiro do segundo. Esse mundo social é “confuso, ambíguo, contraditório, imperfeito”. O pseudocrítico, que diz realizar uma crítica da perspectiva supostamente “marxista” ou algo parecido, aborda uma abstratificação chamada “mundo social” que não é o capitalismo. Esse último nome nunca aparece. A ideia é defender o capitalismo do marxismo revolucionário. O artifício discursivo é dizer que o problema está nos grupos revolucionários e não no “mundo social”

(capitalismo). A defesa sub-reptícia do capitalismo é perceptível ao criticar os grupos revolucionários por não se integrarem no “mundo social”, pois se “isolam”, “criticam”, etc. E a complacência com o capitalismo (“mundo social”) revela que tal crítica não tem nenhum vínculo com perspectiva revolucionária e, além disso, é uma forma de autocomplacência, pois quem defende a sociedade capitalista é para justificá-la e, simultaneamente, justificar sua adesão a ela (e suas instituições, incluindo a academia).

Assim, o pseudocrítico faz uma pseudocrítica pseudorrevolucionária que em nenhum momento questiona o capitalismo, a exploração, a dominação, a alienação. Nunca coloca as coisas em termos de luta de classes. Aliás, nem luta, nem classes. Como já dizia o humorista, essa crítica não tem “nenhuma classe”, em duplo sentido. Claro que os interesses pessoais do pseudocrítico que é o produtor da pseudocrítica ficam ocultos, mas existem, estão lá, a complacência com o capitalismo e suas instituições é a prova disso. É o caso daqueles que querem se posar de críticos e até mesmo “revolucionários”, mas, no fundo, querem apenas um “público jovem” e ingênuo para satisfazer seus interesses pessoais, tal como a “popularidade”, algo que hoje é perseguido ansiosamente (e essa palavra não é gratuita) por certos intelectuais contemporâneos⁴. É a lógica de agradar a tudo e a todos e assim escolher um alvo que não realiza tal política e desagrada a muitos é o ideal para um intelectual populista aparecer e fazer “sucesso”. No caso do pseudocrítico, ele vendeu sua alma ao demônio chamado “popularidade” e em troca disso se presta a qualquer papel, perdendo assim a ética, a honestidade, a humanidade. O pseudocrítico se junta ao que de mais baixo a humanidade já criou, e o pior que não é como outros fizeram, por destruição psíquica ou miséria real, mas tão somente por sua ambição intelectual desmedida, seu narcisismo exacerbado. Ou é o caso do “rebelde”, discutido por Erich Fromm no início do século 20, no qual é alguém que quer espaço no mundo capitalista (“social”) e não consegue e aí se disfarça de ser “revolucionário” até conseguir realizar seus sonhos burgueses e abandonar qualquer vínculo com uma posição revolucionária⁵.

⁴ Sobre os intelectuais ávidos por popularidade na era das redes sociais virtuais e seu populismo, cf. <https://redelp.net/index.php/rsr/article/view/1466/1290>

⁵ Cf. <https://redelp.net/index.php/rma/article/view/939/887>

Mas o pseudocrítico trata da “relação com outros coletivos”. O pecado dos grupos revolucionários é realizar a crítica dos demais coletivos. Sem dúvida, aqui ocorre novas abstratificações, pois ele não cita nenhum grupo para confirmar que seu “tipo ideal” de “grupo revolucionário” realiza o que ele diz. Da mesma forma, faz de conta de que existem “coletivos” que não fazem isso. Qual grupo não critica os demais? Todo o debate político realiza exatamente isso, *inclusive o pseudocrítico reproduz isso ao criticar os “grupos revolucionários”*. Se os coletivos não fizessem isso, estariam unificados, mas cada um tem suas concepções, estratégias, tradições, etc. e por isso possuem divergências e críticas recíprocas, o que é normal e só assume contornos mais fortes em casos concretos. Porém, o pseudocrítico não quer, sob forma alguma, algo concreto, apesar de ser esse um defeito apontado no outro. Essa é apenas mais uma abstratificação e falsificação, que nem merece maiores comentários.

Apontar os erros dos demais coletivos é outro crime dos grupos revolucionários. E qual indivíduo, grupo, instituição, etc., não faz isso? Aliás, não é isso que faz o pseudocrítico? Ele não está identificando supostos “erros” nos “grupos revolucionários” para dizer que é ele que está certo e estes estão errados e que os erros destes mostram seus acertos? Esse discurso retórico, simplista, reducionista, essencialista, nada diz de útil para quem realmente quer pensar uma reflexão política no interior do bloco revolucionário. Serve apenas como ataque ao movimento revolucionário, mesmo que não se assuma como tal.

A pseudocrítica complementar, é a de que os grupos revolucionários trabalham com um “mecanismo disciplinar rigoroso” e “excomunga” os indivíduos que se afastam do coletivo. A relação com indivíduos que saem do coletivo não pode ser um “mecanismo disciplinar rigoroso”, pois isso só funciona internamente, se existir (isso depende do grupo). Os situacionistas, por exemplo, adoravam expulsões. Um coletivo que se dizia situacionista, no Brasil, publicava com alegria as suas expulsões nas páginas de sua revista. Aqui, se a pseudocrítica fosse realmente crítica e honesta, se poderia discutir as relações internas nos grupos revolucionários e o exemplo situacionista é um caso que difere radicalmente de outros, tal como no caso do marxismo autogestionário. De qualquer forma, o rótulo “mecanismo disciplinar rigoroso” é apenas artifício retórico de exagerar e escandalizar. Qualquer grupo

político (não apenas os revolucionários) possuem concepções, estratégias e objetivos e quem não concorda mais em certo nível não deve continuar. Sobre a relação posterior da saída ou expulsão de algum integrante, isso depende de coisas bem concretas, que a pseudocrítica não quer saber, tais como: o ex-integrante mantém relações com o grupo? Quais relações? Ele se tornou um político profissional ou um conservador assumido? Aderiu a alguma concepção próxima? Continua tendo contato com o coletivo ou seus integrantes? Essas questões concretas ajudam a entender a posição do coletivo em relação ao indivíduo. Porém, seja qual for a ação e posição posterior dos ex-integrantes, raramente um grupo revolucionário vai se posicionar ou agir em relação a ele, a não ser em casos excepcionais. A razão disso é que os grupos revolucionários não tratam de indivíduos e somente se esses criam algum problema, como fazer pseudocríticas ao coletivo, é que será alvo de alguma ação grupal contra ele. E isso é absolutamente normal e ocorre em todos os coletivos da sociedade e não apenas nos revolucionários.

Se um ex-integrante se torna pseudocrítico do antigo grupo que fazia parte, se começa a caluniar ou fazer pseudocríticas, então o coletivo decidirá o que fazer com isso e poderá agir em relação a isso. Porém, o que o pseudocrítico quer confundir são ações individuais, de acordo com as idiossincrasias dos integrantes do grupo revolucionário, como se fosse “ação grupal”, ou seja, uma posição e ação do coletivo. Isso é facilitado por ter criado uma abstratificação chamada “mundo grupal”, marcado pelo essencialismo e purismo, através da análise pseudocrítica essencialista e abstratificada e que não teriam integrantes (com suas idiossincrasias), contradições, imperfeições, etc., pois isso seria característica apenas do “mundo social”. O “mundo grupal” deve ser perfeito enquanto o “mundo social” pode ser imperfeito. Isso é apenas discurso retórico e falsificador da realidade.

A relação de um grupo revolucionário com ex-integrantes varia de acordo com o grupo e, além disso, dependa da posterior relação e proximidade estabelecida. E, no interior de todo grupo revolucionário, existem vários indivíduos com suas idiossincrasias que podem manifestar críticas, ações indevidas, desprezo, esquecimento, etc., de acordo de quem se trata. Nenhum grupo revolucionário faz reuniões para discutir ex-integrante a, b ou c. Se o grupo revolucionário toma alguma atitude em relação a ex-integrante, é por este ter feito algo que mereça uma posição

coletiva. Logo, a pseudocrítica não tem fundamento e não sai das abstratificações, pois se descesse ao mundo concreto, se autodestruiria.

Por fim, resta a relação dos grupos revolucionários com a história. E aqui a defesa do capitalismo, ou do “mundo social”, se torna ainda mais explícita. Os grupos revolucionários consideram o presente um retrocesso! O que é o presente? O mundo social, ou, em outros termos, o capitalismo. Para a pseudocrítica, o presente não é problemático. Os conservadores e reformistas podem dizer isso tranquilamente, mas os revolucionários são anticapitalistas e, portanto, o que se está questionando é a perspectiva revolucionária e não os grupos revolucionários. O passado, para os grupos revolucionários, é um “equivoco”. Certamente, para o pseudocrítico a escravidão e a servidão devem ser “acertos”. O futuro, ou a revolução, é “sempre adiada”. Os termos “retrocesso” e “equivoco” é da pseudocrítica, pois são sem sentido. Para os grupos revolucionários, que são anticapitalistas, o passado da humanidade foi um processo complexo que, sob contradições e lutas, gerou alguns benefícios – poucos e concentrados geralmente nas mãos das classes dominantes – e que precisa ser analisada e estudada em seus processos concretos, mas, evidentemente, retirando a chamada pré-história, foi marcada pela exploração, dominação e alienação. Não se trata de “equivocos” e sim de uma realidade indesejável que já ocorreu. O presente, o capitalismo, é a reprodução atualizada e específica desse processo e, por conseguinte, deve ser criticado e superado. A pseudocrítica que aparentemente se diz “contestadora”, não quer criticar e superar o capitalismo, ou o “mundo social”, o que significa que quer sua conservação.

Os grupos revolucionários, segundo o pseudocrítico, sempre adiam a revolução, o futuro. Aqui a pseudocrítica cai no ridículo desavergonhadamente. Os grupos revolucionários – com exceção do bolchevismo e seus semelhantes – consideram que a revolução é um processo complexo cujo agente não são eles e sim a classe operária e seus aliados (as demais classes inferiores, certos setores da sociedade, etc.). Entre os grupos revolucionários, poucos diferem dessa posição. Que sentido tem afirmar que os grupos revolucionários “adiam a revolução”? Não “testam” a revolução? Isso só teria sentido se eles se autoproclamassem os agentes da revolução. Essa pseudocrítica é risível, mas mostra apenas que se trata de um

discurso desonesto e sem sentido. É o mesmo que dizer que a revolução não acontece por decisão dos grupos revolucionários. Os grupos revolucionários não fazem revolução. Eles buscam incentivar e fortalecer a tendência revolucionária que existe na sociedade capitalista derivada de suas contradições e do potencial revolucionário do proletariado. Culpar os grupos revolucionários por não ocorrer revolução e ainda afirmar que é por decisão deles é algo tão estúpido que nem mereceria refutação, pois nesse caso bastaria risadas.

Por fim, a conclusão da pseudocrítica: os grupos revolucionários, devido a tudo que foi dito (e tudo é apenas falácia retórica sem nenhuma concreticidade e sem fundamento, sendo falso), são sectários. A pseudocrítica termina com a acusação de “sectarismo”. Aqui o artifício retórico final é a rotulação, usando um termo pejorativo para causar impacto emocional, e encerrar com “chave de ouro” o discurso falacioso, desonesto e oportunista. Como a base dessa afirmação já foi refutada, então não restaria mais nada a dizer. Porém, há uma nova antinomia (uma característica do pensamento burguês e que já se viu em outras antinomias do texto, especialmente a fundamental: “mundo grupal” versus “mundo social”)⁶: falsa coerência dos grupos revolucionários versus coerência da pseudocrítica.

Assim, os grupos revolucionários devem abandonar seu programa, projeto e objetivos; devem relativizar e se inserir no “mundo social”; devem deixar seus integrantes fazerem qualquer coisa, inclusive ser contra aquilo que lhe caracteriza (e que deve ser abandonado), etc. Em síntese, segundo a pseudocrítica os grupos revolucionários devem deixar de existir ou então se tornarem “grupos acadêmicos”, relativistas e flexíveis, aceitando tudo e, certamente, buscando oportunisticamente espaços nas academias e alianças com qualquer um, desde que dê retorno (claro que pessoal, pois a revolução já foi abandonada). Afinal de contas, coerência é outra coisa! E o que seria o par antinômico do sectarismo que seria efetivamente “coerência”? Relativização, ambiguidade, flexibilidade? Adaptação ao “mundo social” (capitalismo) com suas contradições, imperfeições, ambiguidades?

⁶ O antinomismo é uma característica da episteme burguesa e se reproduz espontaneamente na sociedade moderna, tal como nos casos exemplares de indivíduo/sociedade; sujeito/objeto; individualismo/holismo; romantismo/iluminismo; racionalismo/empiricismo, etc. Para uma reflexão a esse respeito, cf. VIANA, Nildo. *O Modo de Pensar Burguês*. Episteme Marxista e Episteme Burguesa. Curitiba: CRV, 2018.

Sim, a pseudocrítica direciona para isso. Então o oposto ao “sectarismo”, da perspectiva revolucionária, é o oportunismo. Ao invés de antinomia entre (falso) “sectarismo” e (falso) mundo social ambíguo e flexível, o que existe é uma distinção política entre *posição revolucionária* e *posição oportunista* (e esta é, obviamente, conservadora – mesmo se dizendo “progressista” ou até mesmo “revolucionária”).

A pseudocrítica se revela um discurso oportunista a favor do oportunismo. E o oportunismo (político) é muito antigo. Uma de suas características é querer separar “teoria” e “prática”, pois o mundo social é ambíguo, contraditório, imperfeito. Rosa Luxemburgo já dizia isso: “os que só procuram resultados práticos têm um pendor natural para reclamar liberdade de manobra, separar a prática da ‘teoria’, torná-las independentes”⁷. O “sinal distintivo do oportunismo”, já dizia Rosa Luxemburgo, é a “hostilidade em relação à teoria”. Esta, na pseudocrítica aqui apresentada, essa recusa da teoria aparece através da atribuição de essencialismo, purismo, etc. Assim, o oportunismo é incompatível com a autogestão. “A sua tendência intrínseca é orientar o movimento operário para a vida burguesa, ou dito de outra maneira: paralisar completamente a luta de classes proletária”⁸. É por isso que a pseudocrítica se importa e quer criticar os grupos revolucionários e não o aparato estatal, as guerras, o reformismo, as ideologias contemporâneas.

O que incomoda ao pseudocrítico são os grupos revolucionários. O que lhe interessa é defender o “mundo social”, adequar as lutas sociais à “vida burguesa”. A liberdade burguesa de “escrever o que quiser”, juntar ecleticamente tudo, se adaptar às instituições burguesas e conseguir vantagens pessoais disso, bajular instituições e pessoas, é essa a receita do pseudocrítico. É por isso que nunca aparece “capitalismo”, “instituições burguesas”, “classes sociais”, “luta de classes”, “exploração”, “dominação”, “alienação”. Essa é a “linguagem própria” que deve ser condenada. A realidade é apresentada como uma antinomia abstratificada entre “mundo grupal” e “mundo social”. O oportunismo discursivo apenas justifica e legitima o oportunismo prático (político, acadêmico, etc.).

Deixemos os oportunistas defenderem o “mundo social” (e o seu “pequeno mundo” no interior dele) e combaterem retoricamente o bloco

⁷ LUXEMBURGO, Rosa. *Reforma Social ou Revolução?* São Paulo: Global, 1986, p. 118.

⁸ LUXEMBURGO, Rosa. Obra citada, p. 119.

revolucionário, pois essa praga capitalista sempre existiu e continuará existindo. Cabe ao Movaut e ao movimento revolucionário continuar com seu trabalho, não para ter “sucesso” dentro do capitalismo, tal como almejado pelo novo tipo de oportunismo intelectual emergente, e sim para contribuir com a luta pela libertação humana, o que pressupõe a abolição da sociedade capitalista e instauração da sociedade autogerida.